

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2015
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no. 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no. 605, de 11 de março de 2014.

Base de elaboração das demonstrações contábeis

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 16 de março de 2016.

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram examinadas por auditores independentes.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/F-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>(não auditado)</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.453	11.881
Concessionárias e permissionárias	7	4.500	4.064
Estoques		3.904	2.993
Adiantamento a fornecedores		218	259
Impostos a recuperar	8	4.953	3.680
Outros ativos circulantes		231	162
		18.259	23.039
Ativo não circulante			
Impostos a recuperar	8	-	2.779
Outros ativos não circulantes		108	412
Imobilizado não vinculado à concessão		897	895
Imobilizado	9	271.850	282.726
Intangível	10	12.388	12.405
		285.243	299.217
		303.502	322.256

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		518	1.051
Fornecedores - partes relacionadas	21	11	10
Empréstimos - partes relacionadas	11	25.100	17.112
Impostos e contribuições sociais		639	640
Taxas regulamentares	12	1.427	895
Outros passivos circulantes		899	1.003
		<u>28.594</u>	<u>20.711</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos - partes relacionadas	11	214.256	163.087
Outras provisões - compensação ambiental		2.006	1.771
Provisão contingências	13	68	411
Outros passivos não circulantes		3.438	2.741
		<u>219.768</u>	<u>168.010</u>
Patrimônio líquido			
Capital social		208.351	208.351
Prejuízo acumulado		(153.211)	(74.816)
	14	<u>55.140</u>	<u>133.535</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>303.502</u>	<u>322.256</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>(não auditado)</u>
Receita operacional líquida	15	32.940	32.096
Custo da operação	16	<u>(17.907)</u>	<u>(15.416)</u>
Lucro bruto		15.033	16.680
Despesas gerais e administrativas	17	(5.095)	(16.227)
Outras (despesas) /receitas operacionais		<u>(74)</u>	<u>-</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		9.864	453
Resultado financeiro	19	<u>(88.259)</u>	<u>(27.695)</u>
Receita financeira		29.822	26.180
Despesa financeira		(118.081)	(53.875)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>(78.395)</u>	<u>(27.242)</u>
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo do exercício		<u><u>(78.395)</u></u>	<u><u>(27.242)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Prejuízo do exercício	(78.395)	(27.242)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>(78.395)</u>	<u>(27.242)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013 (não auditado)	208.351	(47.574)	160.777
Prejuízo do exercício (não auditado)	-	(27.242)	(27.242)
Reversão do saldo de ajuste de avaliação patrimonial (não auditado)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	208.351	(74.816)	133.535
Prejuízo do exercício	-	(78.395)	(78.395)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	208.351	(153.211)	55.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Atividades operacionais:		
Prejuízo antes dos impostos	(78.395)	(27.242)
Ajustes:		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	89.204	31.058
Depreciação e amortização	10.255	9.810
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(415)	426
Provisão para contingências	(343)	(6.581)
Provisão para compensação ambiental	235	17
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(21)	(502)
Estoques	(910)	(759)
Impostos a recuperar	1.507	10.697
Adiantamentos a fornecedores	37	(163)
Outros ativos	237	4.884
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(543)	(195)
Tributos e contribuições sociais	900	3.261
Impostos pagos	(895)	(5.029)
Juros pagos	(7.659)	(5.760)
Taxas regulamentares	532	240
Outros passivos	524	2.242
Fluxo de caixa gerado pelas nas atividades operacionais	14.250	16.404
Aquisição de imobilizado e intangível	(633)	(2.205)
Baixa de imobilizado e intangível	1.343	1.551
Fluxo de caixa gerado (consumido) pelas atividades de investimento	710	(654)
Empréstimos captados	-	193.625
Empréstimos pagos	(22.388)	(219.776)
Fluxo de caixa consumido pelas nas atividades de financiamento	(22.388)	(26.151)
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(7.428)	(10.401)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.881	22.282
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.453	11.881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

A Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 4 de abril de 2007.

No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 002/2007-ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- (i) Instalações de transmissão em 500/440 KV, composta pela linha transmissão 500 KV com origem na Subestação Jaguará e término na Subestação Estreito, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 53 km; pela linha transmissão 500 KV com origem na Subestação Estreito e término na Subestação Ribeirão Preto, ambas no Estado de São Paulo, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; e pela linha transmissão 500 KV com origem na Subestação Ribeirão Preto com autotransformadores com transformação 500/440 KV, no Estado de São Paulo e término na Subestação Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 137 km.
- (ii) Entradas de linhas 500 KV na Subestação Jaguará, 500 KV na Subestação Estreito pela interligação de barras, 500 KV na Subestação Ribeirão Preto por reatores de barra, autotransformadores com transformação 500/440 KV e interligação de barra e 500 KV na Subestação Poços de Caldas e respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1.2. Receita anual permitida (RAP)

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a tarifas de uso do sistema de transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$23.430 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IPCA e válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 16 de junho de 2014, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.756/2014, estabeleceu a RAP em R\$33.188 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$36.000 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

Com base nessas alterações houve a reclassificação do saldo da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), que em 2014 foi apresentada no grupo de custo da operação (nota explicativa 16) e em 2015 foi classificada como dedução da receita operacional (nota explicativa 15). O montante reclassificado em 2014 foi de R\$185. Não foram efetuadas outras reclassificações materiais nas demonstrações financeiras.

As DCRs apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 15 de abril de 2016.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 10 – Imobilizado e 9 – Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unificados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos,

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissionárias.

O saldo e caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

5. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015			31/12/2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes (não auditado)	Societário
Ativo							
Ativo circulante		18.259	(31.696)	49.955	23.039	(27.933)	50.972
Caixa e equivalentes de caixa		4.453	-	4.453	11.881	-	11.881
Concessionárias e permissionárias		4.500	-	4.500	4.064	-	4.064
Adiantamentos a fornecedores		218	-	218	259	-	259
Impostos a recuperar		4.953	-	4.953	3.680	-	3.680
Estoques		3.904	-	3.904	2.993	-	2.993
Ativo financeiro amortizável	a	-	(31.696)	31.696	-	(27.933)	27.933
Outros ativos circulantes		231	-	231	162	-	162
Ativo não circulante		285.243	(36.135)	321.377	299.217	-34.309	333.526
Impostos a recuperar		-	-	-	2.779	-	2.779
Ativo financeiro amortizável	a	-	(314.293)	314.293	-	(317.253)	317.253
Outros ativos não circulantes		108	-	108	412	-	412
Imobilizado não vinculado à concessão		897	-	897	895	-	895
Imobilizado	b	271.850	271.838	11	282.726	282.713	13
Intangível	b	12.388	6.320	6.068	12.405	231	12.174
Total de ativos		303.502	(67.831)	371.332	322.256	(62.242)	384.498

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2015			31/12/2014		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes (não auditado)	Societário
Passivo						
Passivo circulante	28.594	-	28.594	20.711	-	20.711
Fornecedores - terceiros	518	-	518	1.051	-	1.051
Fornecedores - partes relacionadas	11	-	11	10	-	10
Empréstimos - partes relacionadas	25.100	-	25.100	17.112	-	17.112
Impostos e contribuições sociais	639	-	639	640	-	640
Taxas regulamentares	1.427	-	1.427	895	-	895
Outros passivos circulantes	899	-	899	1.003	-	1.003
Passivo não circulante	219.768	(22.321)	242.089	168.010	(11.824)	179.834
Empréstimos - partes relacionadas	214.256	-	214.256	163.087	-	163.087
Outras provisões - compensação ambiental	2.006	-	2.006	1.771	-	1.771
Provisão para contingências	68	-	68	411	-	411
Tributos Diferidos	c	(22.321)	22.321	-	(11.824)	11.824
Outros passivos não circulantes	3.438	-	3.438	2.741	-	2.741
Patrimônio líquido	55.140	(45.509)	100.649	133.535	(50.418)	183.953
Capital social	208.351	-	208.351	208.351	-	208.351
Lucro/Prejuízo acumulado	d/e	(45.509)	(107.702)	(74.816)	(50.418)	(24.398)
Total do passivo e do patrimônio líquido	303.502	(67.830)	371.332	322.256	(62.242)	384.498

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015			31/12/2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes (não auditado)	Societário
Receita operacional líquida	d	32.940	(802)	33.742	32.096	(289)	32.385
Custo da operação	e	(17.907)	(4.786)	(13.121)	(15.416)	(9.429)	(5.987)
Lucro bruto		15.033	(5.588)	20.621	16.680	(9.718)	26.398
Despesas gerais e administrativas		(5.095)	-	(5.095)	(16.227)	-	(16.227)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(74)	-	(74)			
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		9.864	(5.588)	15.452	453	(9.718)	10.171
Resultado financeiro		(88.259)	-	(88.259)	(27.695)	-	(27.695)
Receita financeira		29.822	-	29.822	26.180	-	26.180
Despesa financeira		(118.081)	-	(118.081)	(53.875)	-	(53.875)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(78.395)	(5.588)	(72.807)	(27.242)	(9.718)	(17.524)
Imposto de renda e contribuição social		-	10.496	(10.496)	-	3.268	(3.268)
Prejuízo do exercício		(78.395)	4.908	(83.303)	(27.242)	(6.450)	(20.792)

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Bancos	339	274
Aplicações financeiras	4.114	11.607
	<u>4.453</u>	<u>11.881</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

7. Concessionárias e permissionárias

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
A vencer	3.930	3.943
Vencidas até 30 dias	12	18
Vencidas até 60 dias	16	18
Vencidas até 90 dias	29	16
Vencidas até 120 dias	15	17
Vencidas até 180 dias	498	52
Vencidas há mais de 180 dias	52	467
	<u>4.552</u>	<u>4.531</u>
(-) PCLD	(52)	(467)
	<u>4.500</u>	<u>4.064</u>

Em função do giro de contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo em 1º de janeiro	(467)	(41)
Reversão	415	-
Complemento de provisão	-	(426)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(52)</u>	<u>(467)</u>

8. Impostos a recuperar

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante		
PIS	2	6
COFINS	9	26
IR	3.396	2.464
CSLL	1.544	1.156
Outros	2	28
	<u>4.953</u>	<u>3.680</u>
Não circulante		
PIS	-	496
COFINS	-	2.283
	<u>-</u>	<u>2.779</u>

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

9.1 Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2015	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014
Ativo imobilizado em serviço	(não auditado)								
Transmissão	323.725	-	-	415	324.140	415	(60.678)	263.462	273.211
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.887	-	-	-	2.887	-	(681)	2.206	2.305
Máquinas e equipamentos	319.952	-	-	379	320.331	379	(59.429)	260.902	270.501
Veículos	822	-	-	46	868	46	(547)	321	391
Móveis e utensílios	64	-	-	(10)	54	(10)	(21)	33	14
Administração	7	-	-	4	11	4	(4)	7	5
Máquinas e equipamentos	7	-	-	4	11	4	(4)	7	5
	323.732	-	-	419	324.151	419	(60.682)	263.469	273.216
Ativo imobilizado em curso	(não auditado)								
Transmissão	9.502	633	(1.343)	(415)	8.377	1.561	-	8.377	9.502
Máquinas e equipamentos	1.070	364	-	(364)	1.070	-	-	1.070	1.070
Outros	8.432	269	(1.343)	(51)	7.307	1.561	-	7.307	8.432
Administração	8	-	-	(4)	4	(4)	-	4	8
Máquinas e equipamentos	8	-	-	(4)	4	(4)	-	4	8
	9.510	633	(1.343)	(419)	8.381	1.557	-	8.381	9.510
	333.242	633	(1.343)	-	332.532	1.976	(60.682)	271.850	282.726

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

9.2 Taxas de depreciação

	2015			2014
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço				(não auditado)
Transmissão	5,16%	324.140	(60.678)	273.211
Administração	6,67%	11	(4)	5

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e Utensílios	6,25%

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

9.3 Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2015

	<u>Material e equipamentos</u>
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	193
Máquinas e equipamentos	364
Veículos	52
Móveis e utensílios	5
Material em depósito	15
Adiantamentos a Fornecedores	4
	<u>633</u>

9.4 Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2015

<u>Descrição do bem</u>	<u>Grupo</u>	<u>Valor</u>
Transformador de corrente monofásico	Máquinas e equipamentos	200
Fiat weekend attractive	Veículos	46
Ar 1200 series enterprise routers	Máquinas e equipamentos	33
Torres de transmissão	Máquinas e equipamentos	23
Relógio sincronizado por satélites GPS	Máquinas e equipamentos	20
Conector/cabo/pedestal/abraçadeira/para raios	Máquinas e equipamentos	19
PABX alcatel	Máquinas e equipamentos	15
Torres de transmissão	Máquinas e equipamentos	14
Switch	Máquinas e equipamentos	13
Ar 1200 series enterprise routers	Máquinas e equipamentos	10

9.5 Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2015

Não houve baixa de ativo imobilizado no exercício de 2015.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

10. Intangível

10.1 Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2014 (não auditado)	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2015	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014 (não auditado)
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	12.116	-	-	-	12.116	-	(51)	12.065	12.077
Servidões	12.064	-	-	(8)	12.056	(8)	-	12.056	12.064
Softwares	52	-	-	8	60	8	(51)	9	13
Administração	-	-	-	73	73	73	(5)	68	-
Softwares	-	-	-	73	73	73	(5)	68	-
	12.116	-	-	73	12.189	73	(56)	12.133	12.077
Ativo intangível em curso									
Transmissão	255	-	-	-	255	-			
Servidões	251	-	-	-	251	-			
Softwares	4	-	-	-	4	-			
Outros									
Administração	73	-	-	(73)	(0)	(73)			
Softwares	73	-	-	(73)	(0)	(73)			
	328	-	-	(73)	255	(73)			
	12.444	-	-	-	12.444	-			

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

10.2 Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015			2014
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					(não auditado)
Transmissão	20,00%	12.116	(51)	12.065	12.077
Administração	20,00%	73	(5)	68	-
		12.189	(56)	12.133	12.077

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

10.3 Principais adições e baixas do ativo intangível em 2015

Não houve adições e baixas do ativo intangível no exercício.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. Pgto de juros	Frequência da amortização	Data próx. amortização	Sistemática da amortização	Garantidor	Encargos	2015	2014
State Grid International Development Limited (SGID) (i)	12/2013	09/2025	Semestral	20/06/16	Semestral	20/06/16	SAC	N/A	Libor + 2,85% a.a	239.356	180.199
										239.356	180.199
Circulante										25.100	17.112
Não circulante										214.256	163.087
									(ii)	239.356	180.199

(i) A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico.

(ii) No exercício de 2015 houve aumento do saldo em função basicamente do aumento da taxa do dólar em 31 de dezembro de 2015, cotada em USD 3,9048 por real comparado em taxa e USD 2,6562 em 31 de dezembro de 2014. Na nota explicativa 20 apresentamos os montantes referentes a perda de variação cambial.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	Amortização
2016	25.100
2017	24.881
2018	24.881
2019	24.882
2020 - 2025	139.612
	239.356

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

12. Taxas regulamentares

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Reserva global de reversão (RGR) <i>(i)</i>	98	(281)
Taxa de fiscalização (TFSEE) <i>(ii)</i>	299	349
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) <i>(iii)</i>	1.030	827
	<u>1.427</u>	<u>895</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nr 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

13. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Trabalhistas
Saldos em 31/12/2013	5.529
Baixas	(5.118)
Saldos em 31/12/2014	411
Circulante	-
Não Circulante	411
	Trabalhistas
Saldos em 31/12/2014	411
Baixas	(343)
Saldos em 31/12/2015	68

Contingências possíveis (não provisionadas):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	2015	2014
Trabalhista	-	69
Fiscal	912	21
Cível	20	20
	932	110

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$208.351 dividido em 208.350.900 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	2015 e 2014
SGBH	99,99%
<i>International Grid Holding Limited</i>	0,01%
	100%

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido societário após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

15. Receita operacional líquida.

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Receita operacional bruta	<u>38.194</u>	<u>36.946</u>
Receita rateio de antecipação	2.815	1.984
Receita de encargos de transmissão	34.595	32.973
Recuperação de PIS e COFINS	3.642	3.468
Receita de CCT	-	46
Parcela ajuste do ciclo anterior	(2.858)	(1.521)
Indisponibilidade de equipamentos	-	(4)
Deduções da receita operacional	<u>(5.254)</u>	<u>(4.850)</u>
PIS	(630)	(610)
COFINS	(2.903)	(2.808)
P&D	(332)	(323)
RGR	(1.307)	(924)
TFSEE	(82)	(185)
	<u><u>32.940</u></u>	<u><u>32.096</u></u>

16. Custo da operação

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Pessoal	(4.655)	(3.904)
Material (i)	(659)	419
Serviços de terceiros	(803)	(1.565)
Depreciação e amortização	(10.177)	(9.744)
Arrendamentos e aluguéis	(19)	(1)
Seguros	(97)	(102)
Tributos	(6)	(34)
Gastos diversos	(1.491)	(478)
	<u><u>(17.907)</u></u>	<u><u>(15.409)</u></u>

(i) A Administração registrou R\$ 645 de ganho de inventário físico em 2014, o que fez o saldo da conta ficar positivo.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

17. Despesas gerais e administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pessoal	(1.316)	(897)
Administradores	(1.825)	(1.784)
Material	(40)	(9)
Serviços de terceiros	(587)	(378)
Arrendamentos e aluguéis	(89)	(166)
Provisão	(121)	(1.293)
(-) Recuperação de despesas	722	-
Tributos <i>(i)</i>	(1.822)	(11.641)
Depreciação e amortização	(6)	(59)
Outras	(11)	-
	<u>(5.095)</u>	<u>(16.227)</u>

(i) A Administração da Companhia aprovou a baixa de R\$11.118 no exercício de 2014 e R\$1.656 no exercício de 2015 referente a PIS/COFINS visto que não havia previsão de utilização dos créditos apresentados.

18. Despesas com pessoal

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pessoal - operação		
Remuneração	3.200	2.635
Encargos	1.022	844
Benefícios	426	425
Outros	7	-
	<u>4.655</u>	<u>3.904</u>
Pessoal - administração		
Remuneração	390	458
Encargos	479	496
Despesas rescisórias	-	27
Benefícios	166	171
Outros	281	1
Administradores	1.825	1.528
	<u>3.141</u>	<u>2.681</u>
	<u>7.796</u>	<u>6.585</u>

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

19. Resultado financeiro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita financeira	29.822	26.180
Receitas de aplicações financeiras	1.796	3.051
Variações cambiais ativas	27.942	22.715
Outras receitas financeiras	84	414
Despesa financeira	(118.081)	(53.875)
Variações cambiais passivas	(109.965)	(48.206)
Juros sobre empréstimos partes relacionadas	(7.181)	(846)
Juros sobre empréstimos	-	(4.704)
Outras despesas financeiras	(935)	(119)
	<u>(88.259)</u>	<u>(27.695)</u>

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2015 e 2014, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

20.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.453	11.881
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Adiantamentos a fornecedores		218	259
Concessionárias e permissionárias	7	4.500	4.064

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Empréstimos - partes relacionadas	11	239.356	180.199
Fornecedores - terceiros		518	1.051
Fornecedores - partes relacionadas	21	11	10

20.2. Gestão de risco

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2015. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	<u>31/12/2015</u>	<u>-5%</u>	<u>5%</u>
Empréstimos	239.356	(11.968)	11.968

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

c) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esse risco, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

21. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

21.1. Passivo

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores (i)	11	10
Empréstimos com a SGID (nota explicativa 11)	239.356	163.087

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

21.2. Resultado

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesa de aluguel (ii)	58	37
Despesa de juros com empréstimos com a SGID (nota explicativa 11)	7.181	846

(ii) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.